



Congresso recebe hoje parecer do TCU sobre contas de Dilma

Jefferson Rudy/Agência Senado



Renan Calheiros (C) conversa com o tucano Cássio Cunha Lima e o petista Delcídio do Amaral: oposição e base divergiram sobre decisão do tribunal

Tema dominou ontem debates no Plenário. Oposição comemorou relatório pela rejeição de contas e base chamou decisão de golpismo

Caberá ao Congresso a palavra final sobre as contas do governo de 2014. O Parlamento deve receber hoje o parecer do Tribunal de Contas da União, que recomenda a rejeição. O presidente do Senado, Renan Calheiros, que também preside o Congresso, disse que os prazos regimentais serão respeitados. Para a presidente da Comissão Mista de Orçamento, Rose de Freitas, o julgamento não pode ser só político. Ela crê que a decisão deve sair ainda em 2015. **4 e 5**

Plenário confirma 2 acordos do Mercosul

Os senadores aprovaram ontem a criação do Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul. O acordo visa ampliar o fluxo de turistas entre os países do bloco e já havia sido confirmado por Argentina, Uruguai e Paraguai. O outro tratado prevê livre comércio entre o Mercosul e o Egito. **3**

Debate aponta fraude em área quilombola

Convidados ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária denunciaram uma suposta fraude na delimitação de uma área quilombola no município de Brejo Grande (SE). Segundo eles, o processo está sendo conduzido por pessoas que não representam a comunidade. **6**



Pedidos apresentados por Ataides não tinham, segundo Vanessa, relação com o foco da CPI

Rejeitada convocação de Lula por CPI

A CPI do Carf rejeitou ontem os requerimentos para ouvir o ex-presidente Lula, o filho dele Luís Cláudio da Silva e os ex-

ministros Erenice Guerra e Gilberto Carvalho. A maioria do colegiado entendeu que não havia motivos que justificassem a convocação. **8**

Escolhidos 27 “jovens senadores” deste ano

Com o apoio de órgãos públicos como o Ministério da Educação e a Câmara, o Senado anunciou o nome dos 27 estudantes de escolas públicas — um de cada estado — que em novembro passarão cinco dias no Senado atuando como se fossem parlamentares de verdade. Eles foram escolhidos por meio de um concurso de redação. **2**



Comissão julgadora escolhe as melhores redações do país

Jefferson Rudy/Agência Senado



O ex-ministro fala em audiência no Senado: “Não sei se defesa é um tema fundamental para Dilma”

Para Nelson Jobim, defesa está em risco

Em audiência no Senado, o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim afirmou não ter certeza se a presidente Dilma Rousseff encara a

defesa nacional como prioridade. Ele se disse preocupado com a implantação de um programa de vigilância das fronteiras do país. **7**

Critérios do Bolsa-Atleta recebem críticas em audiência pública **8**

Ministro da Justiça e procurador-geral devem falar à CPI do HSBC **7**

MP sobre cobrança de taxas federais terá alterações, diz relator **3**

Senado analisa projetos que regulam proteção e uso de dados pessoais **7**

Anunciados os 27 “jovens senadores” deste ano

Em novembro, o Senado receberá um aluno do ensino médio de cada estado. O grupo passará uma semana nas comissões e no Plenário e os estudantes atuarão como se fossem senadores de verdade

JÁ FORAM ESCOLHIDOS os 27 estudantes de escolas públicas, um de cada estado, que passarão cinco dias no Senado, em novembro, atuando como jovens senadores. Eles foram os vencedores do concurso de redação do Projeto Jovem Senador.

As 27 vagas foram disputadas por quase 85 mil adolescentes de colégios estaduais de todo o Brasil.

As três melhores redações foram de meninas: Mariana Souto Pimenta, de Passos (MG), Eduarda Moura Pinheiro, de Cruzeiro do Sul (AC), e Maria Clara Prado Bezerra Nogueira, de Aracaju (SE).

O resultado foi anunciado ontem no Plenário por Jorge Viana (PT-AC).

O tema da redação deste ano foi “Participação política: no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais”.

Todos os 27 jovens senadores viajarão para Brasília e, entre os dias 16 e 20 de novembro, terão oportunidade de conhecer o processo de elaboração de leis pelo Senado.

Nesse período, os adolescentes atuarão como se fossem senadores de verdade: sugerirão, discutirão e aprovarão anteprojetos de lei, que, se forem acolhidos pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), se transformarão em projetos de lei e passarão a tramitar normalmente no Senado, como ocorreu em edições anteriores do Projeto Jovem Senador.

Explicou Viana:

— Duas dessas propostas já foram aprovadas neste Plenário e enviadas para a Câmara dos Deputados. São o Projeto de Lei do Senado 467/2012, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para promover plano de recuperação de alunos de baixo rendimento, e o Projeto de Lei do Senado 185/2012, que trata da qualificação dos professores.

O senador lembrou que as escolas nas quais estão matriculadas as estudantes que ficaram nas primeiras colocações também serão premiadas.

Informações sobre o projeto:
www.senado.leg.br/jovemseador



Integrantes da comissão julgadora leem as redações do Projeto Jovem Senador: 85 mil inscrições na edição deste ano

Ministério da Educação participou da escolha dos vencedores

As 27 redações vitoriosas foram selecionadas segunda-feira por uma equipe formada por representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Ministério da Educação (MEC), da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas.

A equipe avaliou, ao todo, 81 redações — três de cada unidade da Federação, selecionadas pela respectiva secretaria de Educação.

Dessas 27 redações, o Senado, o MEC e o Consed escolheram na quarta-feira as três melhores.

Sueli Mello, do Ministério da Educação, que já foi membro da comissão em

outras edições, disse ter se surpreendido com o aumento da qualidade dos textos. Para ela, houve desta vez uma maior seriedade na busca por informações para o tema, que foi “Participação política: no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais”.

— Identificamos nos textos muitas alusões a movimentos sociais. Então o prêmio desenvolve questões voltadas à participação responsável na sociedade. A cidadania é um dos objetivos da educação — disse Sueli.

A promoção do engajamento dos jovens na política também foi citada por Fábio Sousa, do Consed, como um dos fatores principais do concurso:

— A prática de escrever advém da prática de ler. A gente está incentivando esse jovem a ler e a pesquisar sobre o

assunto. Quando o estudante começa a escrever sobre um assunto polêmico como a política, acaba querendo se engajar na causa, podendo, assim, modificar a realidade da sua cidade.

Rogério Viana, servidor da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, ressaltou a importância de fazer parte do júri e ter a oportunidade de ler as redações premiadas e escolher as três melhores:

— Foi um processo extremamente democrático. Fiquei muito impressionado com a organização do evento e com a certeza de que, de fato, fizemos um bom trabalho e que as redações escolhidas realmente mereceram a premiação.

Entre o ano passado e este, o número de estudantes que participaram do concurso de redação subiu de 73 mil para 85 mil.

Revista *Em Discussão!* sobre pacto federativo será lançada na terça

O número 26 da revista *Em Discussão!* será lançado na terça-feira, às 14h30, em reunião da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo. A edição aborda as soluções que estão sendo encaminhadas pelo Congresso para o reequilíbrio das relações entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Em Discussão! faz um levantamento completo desses debates e votações e apresenta um painel analítico do assunto, que evoluiu no Senado desde 2012 e apresenta avanços como as novas regras tributárias no comércio eletrônico e o fim da guerra fiscal com mercadorias importadas.

Entre os temas que têm recebido mais atenção, estão a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); a proibição da criação de despesas sem indicação de fonte de receita; a permissão do uso de depósitos judiciais e administrativos; a prorrogação do prazo para o fim dos lixões; e a modernização do Imposto sobre Serviços (ISS).

A segunda parte da reunião será deliberativa. A comissão vai analisar iniciativa de Roberto Rocha (PSB-MA) que cria a Zona Franca de

São Luís, com o propósito de incentivar a produção de bens destinados ao exterior (PLS 319/2015).

Pelo texto, a Zona Franca de São Luís englobará toda a capital maranhense como área de livre comércio, de importação e exportação e com incentivos fiscais especiais. As mercadorias que entrarem na zona franca também terão suspensão do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Relator da matéria na Comissão do Pacto Federativo, Walter Pinheiro (PT-BA) é favorável. Ele considera a iniciativa um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para reduzir desigualdades entre as regiões.



Equilíbrio entre os entes federativos é o tema da nova edição da revista

Senado comemora 70 anos de órgão da ONU para agricultura

O Senado vai realizar sessão especial na terça-feira, às 11h, para comemorar os 70 anos de criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O requerimento é de Ana Amélia (PP-RS).

Fundada no dia 16 de outubro de 1945, a FAO lidera os esforços de erradicação da fome e da insegurança alimentar. A organização, sediada em Roma, tem dado atenção especial ao desen-

volvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda, e que ainda passam fome.

Ana Amélia informa que a FAO atua como um fórum neutro, em que todos os países se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente, o organismo tem 194 Estados-membros e é dirigida pelo brasileiro José Graziano da Silva.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, para discursos e avisos da Mesa Diretora.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

14h30 Reunião da Comissão de Juristas da Desburocratização.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova dois acordos do Mercosul

Um deles cria fundo para estimular o turismo entre os países do bloco e o outro quer ampliar as oportunidades de negócio com o Egito. Textos seguem para promulgação

DOIS ACORDOS INTERNACIONAIS foram aprovados em Plenário ontem: um cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul (Projeto de Decreto Legislativo 215/2015) e o outro refere-se ao Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito (PDL 352/2015), firmado na Argentina, em 2010. As duas propostas vão à promulgação.

A criação do Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul tem objetivo de aumentar o fluxo de turistas de outros países para o Mercosul, por meio da participação conjunta em eventos turísticos internacionais, instalação de escritórios regionais, entre outras ações. A medida já foi aprovada por Argentina, Paraguai e Uruguai.

O fundo será formado por doações dos países-membros do bloco. A primeira contribuição anual será de US\$ 603 mil, repartida da seguinte forma: 65% pelo Brasil, 20% pela Argentina,



Plenário votou ontem acordos internacionais que envolvem relações comerciais dos países do bloco

7,5% pelo Paraguai e 7,5% pelo Uruguai. Também poderão compor o fundo as contribuições voluntárias dos países-membros, de outros países e de organismos e entidades.

O Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul funcionará pelo prazo de cinco anos, contados a partir da primeira contribuição feita por um dos países. Após o prazo, o Grupo

Mercado Comum (GMC), órgão decisório executivo do bloco, avaliará o cumprimento dos objetivos e a possível continuidade.

Egito

Já o acordo entre o Mercosul e o Egito é voltado para ampliar as oportunidades de comércio. O Comitê Conjunto do Mercosul será responsável por administrar o acordo com o país árabe e assegurar a implementação adequada, bem como aprofundar a cooperação entre as partes.

O acordo determina também que os bens originários de qualquer dos signatários (Egito, Brasil, Paraguai, Uruguai ou Argentina) receberão no território dos outros participantes o mesmo tratamento dado aos bens nacionais, seguindo regras do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1994.

Tratado Transpacífico será debatido na Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para debate sobre os reflexos do Tratado Transpacífico na economia brasileira.

Assinado segunda-feira, o acordo multilateral é liderado pelos Estados Unidos e inclui outros 11 países: Japão, Canadá, México, Chile, Peru, Malásia, Cingapura, Brunei, Nova Zelândia, Austrália e Vietnã.

O senador ressalta que esses

países representam 40% do PIB global e reúnem 11% da população mundial. Ele cita estimativa de especialistas de que o acordo pode afetar US\$ 31 bilhões em vendas industriais do Brasil.

A audiência ainda não tem data marcada.

A comissão também aprovou convite ao ministro da Defesa, Aldo Rebelo, para que apresente diretrizes da pasta, em audiência pública a ser agendada. O debate foi proposto por Ana Amélia (PP-RS).

Simple Nacional vai ser discutido em sessão temática no Plenário

O Senado fará sessão temática no dia 27 de outubro para discutir o Simple Nacional, regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte. O anúncio foi feito pelo senador Jorge Viana (PT-AC), na presidência da sessão extraordinária de ontem.

O Simple Nacional conta com a participação da União,

dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É administrado por comitê gestor composto por quatro integrantes da Receita Federal, dois dos estados e do DF e dois dos municípios.

Vice-presidente do Senado, Viana disse que a sessão temática é uma das preocupações do presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

Relator vai alterar MP sobre taxas de órgãos federais

Durante audiência pública promovida ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 687/2015, o deputado Afonso Motta (PDT-RS), relator da MP, informou que vai propor alterações no texto original enviado pelo Executivo. A MP permite ao governo federal reajustar os valores de três taxas cobradas por órgãos públicos federais, sem autorização do Congresso.

O parlamentar não deu detalhes sobre as mudanças que deseja fazer, mas se mostrou preocupado com a medida.

— Tenho um conjunto de emendas a serem apresentadas. E reservas quanto à questão autorizativa de conceder a liberdade para que o Poder Executivo possa reajustar essas taxas sempre que quiser. Apresentarei no meu relatório essa vedação — afirmou.

Pelo texto, poderão ser reajustados pelo próprio governo os valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), arrecadada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine); a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cobrada pelo Ibama; e a taxa cobrada sobre os processos de ato de

concentração de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Neste caso, a MP já traz o reajuste — o tributo passa de R\$ 45 mil para R\$ 85 mil.

Motta reconheceu que os valores cobrados pelos órgãos precisam ser reajustados e afirmou que o relatório estará de acordo com o que está sendo negociado com o governo.

Foi definido durante a audiência que a entrega do relatório será antecipada para o dia 20. Na mesma data serão feitas a leitura e a votação do texto.

Valores

A respeito do reajuste sobre os processos de concentração de competência do Cade, o presidente da Comissão Especial de Defesa da Concorrência do Conselho Federal

da Ordem dos Advogados do Brasil, Túlio Coelho, diz que o novo valor a ser cobrado é oneroso.

— Se aplicássemos uma correção monetária de forma coerente, creio que esse valor seria de R\$ 55 mil. Aliás, acho que o Cade deveria, na verdade, pressionar o Ministério do Planejamento a destinar mais dinheiro à instituição. O governo não deveria simplesmente aumentar a taxa — avaliou.

Em contrapartida, o economista-chefe do Cade, Luiz Esteves, explicou que a taxa não é alterada desde sua criação, em 2001. Ele disse que o aumento de R\$ 45 mil para R\$ 85 mil dará tranquilidade para os próximos oito anos da instituição.

Na terça, a comissão discutirá os reajustes da Condecine.



Senador Hélio José (C), presidente da comissão, coordena audiência sobre MP

Medeiros pede que governo defina critérios sobre adicional de fronteira

José Medeiros (PPS-MT) cobrou a regulamentação da Lei 12.855/2013, que prevê o pagamento



de indenização de fronteira aos servidores públicos que atuarem nessas regiões. O governo, disse, precisa definir

os municípios cujos servidores terão o benefício. Para o senador, a fiscalização precária da fronteira decorre da falta de pessoal interessado em trabalhar nessas regiões, o que facilita a atuação do crime organizado.

Paim critica adiamento de votação dos vetos e emenda que altera CLT

Em discurso na quarta-feira, Paulo Paim (PT-RS) condenou emenda à MP 680/2015 que flexibiliza a legislação trabalhista e a demora do Congresso em votar vetos presidenciais.

Ele tem feito reiteradas críticas sobre os dois te-



mas, registrando desgasto. Sobre vetos, disse que o Congresso prejudica milhões de aposentados, pensionistas e servidores: — Não é honesto. Não dar quórum [para votar os vetos] é fazer o mal sem olhar a quem.

Raimundo Lira destaca aniversário de três municípios paraibanos

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou os 134 anos da cidade de Conceição, no Vale do Piancó, na Paraíba.



Terra natal da cantora Elba Ramalho, Conceição fica na microrregião de Itaporanga, com população de 19 mil

habitantes em 589 quilômetros quadrados.

O senador citou ainda os aniversários dos municípios paraibanos de São João do Rio do Peixe (134 anos) e de Campina Grande, que fará 149 anos no dia 11.

Tribunal de Contas da União reprovou contas de Dilma Rousseff referentes ao ano passado. Parecer agora será remetido ao Congresso Nacional, que dará a palavra final sobre o caso. Para senadores governistas, o que houve foram apenas falhas técnicas. Para opositores, ações do governo foram deliberadas

Oposição comemora decisão do TCU, e base aliada vê golpismo

A decisão tomada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na quarta-feira de reprovar as contas da presidente Dilma Rousseff referentes a 2014 foi o tema dominante da sessão do Senado ontem.

Integrantes da base governista criticaram o resultado do julgamento — o Pleno do TCU aceitou o parecer do ministro Augusto Nardes pela rejeição — e acusaram a oposição de golpismo. Para eles, “falhas formais” na prestação de contas foram usadas para produzir um “julgamento político”.

Os senadores que se opõem ao governo, por sua vez, destacaram a unanimidade da decisão tomada e lembraram as derrotas sofridas pelo governo no próprio TCU e no Supremo Tribunal Federal (STF), onde tentou adiar a votação do parecer. Eles também chamaram a atenção para o revés sofrido por Dilma no Tribunal Superior Elei-

toral (TSE), que decidiu na terça-feira reabrir a ação de investigação eleitoral na qual o PSDB pede a cassação dos mandatos da presidente Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer.

O parecer do TCU será enviado ao Congresso hoje. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que passará os documentos imediatamente à presidente da Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), a quem compete indicar um integrante do colegiado para elaborar relatório sobre a decisão do TCU.

Tanto Renan quanto Rose disseram que não pretendem dificultar a tramitação do processo de análise. Eles reiteraram também que a reprovação efetiva das contas do governo é uma atribuição do Congresso, que pode ou não concordar com a posição dos ministros do TCU. A corte de contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Aprovação ou reprovação das contas cabe ao Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, avisou que o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo Dilma será analisado pelo Congresso Nacional seguindo os prazos e as regras regimentais.

De acordo com ele, o parecer, tão logo chegue ao Congresso, será imediatamente encaminhado para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

— O regimento é um conjunto de regras que o Legislativo elege para organizar seus trabalhos. Ele tem prazos, que serão cumpridos. Depois de recebido o parecer, é feito o despacho para a Comissão Mista de Orçamento

— afirmou Renan.

A CMO, de acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional, tem 40 dias para indicar um relator e apresentar o relatório preliminar. Depois desse prazo, os parlamentares têm 15 dias para propor emendas. Em seguida, o relator dispõe de mais 15 dias para dar o parecer sobre essas emendas. Concluído o parecer, a comissão tem sete dias para votar o relatório e, após a deliberação, enviar a questão para o Plenário do Congresso Nacional.

Questionado se a situação política da presidente Dilma Rousseff se agravou com o parecer do TCU pela rejeição

das contas, Renan preferiu não comentar. Ele disse, no entanto, que todo julgamento se submete a regras e prazos e “é o que deverá ser feito no Congresso”.

Renan também fez questão de ressaltar que o TCU aprovou um parecer prévio, e a palavra final será do Congresso Nacional.

O TCU identificou irregularidades nas contas de 2014 do governo federal que somam R\$ 106 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões referentes às chamadas pedaladas fiscais.

O julgamento do relatório do ministro Augusto Nardes foi feito na quarta-feira e o documento foi aprovado por unanimidade.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que os prazos regimentais serão respeitados no julgamento das contas de Dilma

Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Presidente de comissão diz que julgamento não pode ser apenas político

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deu ontem uma entrevista coletiva para explicar como será a análise das contas do governo federal de 2014 pelo colegiado.

Ela garantiu que buscará um relator capaz de realizar um trabalho técnico e disse acreditar que a votação final será feita ainda neste ano.

— Vamos seguir rigorosamente os prazos conforme o regimento. Se isso for feito, poderemos votar neste ano. Pela importância desse processo numa crise política e econômica, acho que o relator não descumpriará o cronograma — afirmou.

Na última quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Congresso Nacional a rejeição das contas do governo federal referentes a 2014, devido a irregularidades fiscais.

O parecer do tribunal será enviado à Comissão Mista de Orçamento assim que chegar ao Congresso Nacional.

Rose disse que ainda não tem um nome para a relatoria do caso, nem revelou se será um deputado ou um senador. No entanto, ela assegurou que escolherá um membro da comissão com perfil técnico e conciliador.

De acordo com a senadora,



A presidente da Comissão de Orçamento, Rose de Freitas, afirma que relator será parlamentar “com capacidade de dialogar”

Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

isso é importante para garantir que a decisão final da comissão seja o mais objetiva possível.

— Será uma pessoa que tenha conhecimento suficiente de questões administrativas e econômicas e que tenha capacidade de dialogar com todas as partes da comissão. Nesta comissão, não podemos errar e interpretar que o julgamento das contas de um presidente da República possa ser eminentemente político.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento disse que é natural haver especulações e pressões políticas, especialmente em torno de um tema

como esse, mas minimizou as possíveis pressões tanto do governo quanto da oposição sobre o trabalho da CMO.

Três meses

Rose de Freitas prometeu designar o relator logo que o parecer do Tribunal de Contas da União chegar à comissão. A tramitação das contas pode levar cerca de três meses.

No entanto, a senadora disse que os prazos não precisam chegar à duração máxima caso as etapas sejam vencidas antes do esgotamento.

Rose de Freitas garantiu que não concederá prorrogações

nem pedidos de vista que possam alongar o processo.

A votação final das contas do governo Dilma Rousseff será feita em uma sessão conjunta do Congresso Nacional a ser convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Rose lembrou que esse procedimento está previsto na Constituição e já está reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— A votação é no Congresso Nacional e em sessão conjunta. A qualquer expediente contrário cabe uma reação, minha ou de qualquer outra pessoa — afirmou.

Para Viana, cenário atual tem influência da crise política

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que esta semana foi muito ruim para o Congresso Nacional, que, por duas vezes, não conseguiu votar propostas importantes para o país porque muitos deputados decidiram não comparecer à sessão, o que inviabilizou as votações.

Ele disse não ter dúvidas de que as dificuldades econômicas vividas pelos brasileiros têm uma forte influência da crise política que o país está atravessando.

— Na hora em que o Brasil tem a dificuldade política que tem, na hora em que precisamos das lideranças da situação e da oposição, as lideranças da oposição trabalham para tentar atingir o governo federal, mas acertam a população; atiram no Partido dos Trabalhadores e acertam o cidadão brasileiro. Isso é inaceitável. Qual é a proposta alternativa que a oposição tem? Eles podiam apresentar agora. Só não vale é um terceiro turno. Isso a Constituição federal não prevê — disse o senador.

Discussão sobre impedimento foi aberta, diz Cássio

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que foi aberto, com o julgamento do TCU, o ambiente para discussão do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Ele lembrou também a decisão do TSE, que acolheu pedido do PSDB para abrir processo sobre suposto abuso econômico da chapa da presidente nas eleições de 2014.

O senador enfatizou que as duas possibilidades de afastamento da presidente estão previstas na Constituição.

— O governo vai continuar errando se mantiver o discurso de golpe, dizendo que o TCU é um colegiado político, que o Supremo erra quando decide contra o governo, que o TSE erra — afirmou.



Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Humberto Costa protesta contra rejeição das contas

Humberto Costa (PT-PE) protestou ontem contra a rejeição das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff, recomendada pelo TCU. Ele considera que não há motivo para a presidente ter as contas rejeitadas, pois o governo prestou todos os esclarecimentos sobre movimentos financeiros e contraditou cada uma das “falhas formais” apontadas pela área técnica do TCU.

— O que foi condenado ontem, e eu digo, involuntariamente, politicamente induzido, foi o resultado das eleições de 2014, o resultado de uma política exitosa que levou o Brasil ao maior processo de inclusão social da sua história — acrescentou o senador.

Ferraço declara que votará de acordo com parecer do TCU

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) manifestou ontem apoio à decisão do TCU de rejeitar as contas de 2014 do governo Dilma Rousseff. As irregularidades atribuídas ao governo chegam a R\$ 106 bilhões, segundo assinalou Ferraço, e seriam lideradas pelo movimento de tomar empréstimos em bancos e fundos públicos para cobrir compromissos orçamentários.

— O debate chegará ao Congresso Nacional e eu estarei exercendo meu voto favorável [a manutenção da forma como concluiu o TCU (rejeição das contas do governo Dilma), para que isso possa servir de exemplo, de paradigma — declarou.

Na avaliação do senador, a rejeição às contas do governo projeta o órgão “como grande guardião da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

— Quando um governo se desorganiza, tem a capacidade de desorganizar a vida das pessoas e produz crise, que produz desemprego, redução do PIB e das receitas de estados e municípios.



Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Paulo Rocha afirma que opositores incentivam o ódio

Paulo Rocha (PT-PA) disse que a oposição, por não ter vencido a disputa eleitoral em 2014, incentiva o ódio, criminaliza o governo e o PT e dissemina a ideia de que o Brasil está sem rumo.

Para o senador, o parecer do TCU recomendando a rejeição das contas do governo não é motivo para pedido de impeachment da presidente Dilma. Ele ressaltou que o relatório precisa ser analisado pelo Congresso.

Rocha avaliou que, apesar dos problemas econômicos, o Brasil está muito melhor do que no passado. Segundo ele, em comparação ao governo do PSDB, o país apresenta um cenário mais favorável sobre juros, emprego, inclusão social e desenvolvimento.

Vanessa avalia que tese de impeachment representa golpe

Vanessa Graziotin (PCDoB-AM) protestou ontem contra setores da oposição que estariam sendo movidos por uma “indignação seletiva” contra Dilma Rousseff. Para ela, as teses de impeachment ou de novas eleições são previstas, mas representam golpe, pois não há provas.

A senadora ressaltou que tanto a campanha de Dilma quanto a de Aécio Neves estão sob suspeita, e que causa estranheza a cautela da oposição diante das denúncias contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que teria cometido ilegalidades em bancos suíços.

— Para o presidente da Câmara, cujas provas são fartas, seria leviandade. Agora, para a presidente, não. Qual foi o crime que a presidente cometeu? Qual é a conta que a presidente tem na Suíça?

A senadora também lamentou a rejeição das contas do governo pelo TCU, lembrando que Dilma Rousseff não foi a única a praticar as chamadas pedaladas fiscais.



Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Donizeti classifica parecer de “tentativa sórdida” de cassação

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou ontem que o parecer do TCU não passa de “mais uma tentativa sórdida para cassar o mandato da presidente legitimamente eleita”.

Ele questionou a legitimidade dos que atacam a presidente e defendem o impeachment, mas são coniventes com denúncias contra o presidente da Câmara.

— O PSDB, que tem alardeado aqui o combate à corrupção, desapareceu quando se trata do Eduardo Cunha.

Na quarta, ele acusou a oposição e a mídia de estarem unidas contra o governo.

Relatório de tribunal não foi técnico, acredita Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem que “o vale-tudo sem limites para justificar um golpe contra a presidente Dilma Rousseff” ameaça tornar a democracia um “vale-nada”.

O senador afirmou que o parecer do TCU sobre as contas do governo não teve fundamentos técnicos, mas políticos e partidários, tão somente para justificar um golpe de Estado.

Para ele, o artigo 86 da Constituição é claro ao excluir a hipótese de responsabilização do presidente por atos que não tenham sido praticados no mandato corrente.

— Nós sabemos que a presidente Dilma enfrenta uma crise de popularidade. Agora, nós não vamos aceitar golpe — afirmou.

— Uma questão formal de contabilidade, uma engenharia financeira. Fernando Henrique fez isso, Lula fez e a própria Dilma já tinha feito antes, mas ninguém havia considerado erro grave, crime, motivo para impedimento.



Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Segundo Requião, pedalada não afetou cofres públicos

Ao comentar o parecer do TCU, Roberto Requião (PMDB-PR) classificou as “pedaladas fiscais” como questão de “engenharia financeira” que não teve impacto na economia real nem nos cofres públicos.

Para Requião, é de se estranhar que a rejeição das contas de Dilma cause comoção nos apoiadores do impeachment. Ele lembrou que o mesmo procedimento contábil alvo de críticas foi adotado em outros governos.

— Uma questão formal de contabilidade, uma engenharia financeira. Fernando Henrique fez isso, Lula fez e a própria Dilma já tinha feito antes, mas ninguém havia considerado erro grave, crime, motivo para impedimento.

Delcídio: ainda há grupo que não aceita reeleição de Dilma

Delcídio do Amaral (PT-MS) falou no Plenário sobre o parecer do TCU que rejeitou as contas da presidente Dilma Rousseff. Ele disse que o parecer será analisado por técnicos do Legislativo, observando que a deliberação final sobre as contas da presidente será do Congresso.

— O parecer do TCU tem que ser respeitado porque ele tem uma importância institucional e uma importância no sentido de balizamento de uma decisão, mas o mundo não acabou ontem [na quarta]. Um processo como esse não pode ser usado para outros desdobramentos, especialmente de pessoas que não aceitam uma eleição legitimamente vencida pela presidenta Dilma.

Telmário Mota (PDT-RR) crítico a postura dos partidos da base governista, que ele acusou de “boicotarem” o governo no Congresso e prejudicar o país. O senador acrescentou que a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff pelo TCU, neste momento de instabilidade política e econômica, também agrava a situação do Brasil.



Imagem de Aníbal Aguiar/Agência Senado

Telmário: Congresso tem responsabilidade na piora da crise

Telmário Mota (PDT-RR) crítico a postura dos partidos da base governista, que ele acusou de “boicotarem” o governo no Congresso e prejudicar o país. O senador acrescentou que a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff pelo TCU, neste momento de instabilidade política e econômica, também agrava a situação do Brasil.

Delimitação de área quilombola é contestada

Comissão de Reforma Agrária ouviu denúncia de fraude em demarcação no município de Brejo Grande, em Sergipe. Comunidade não teria sido ouvida pelo Inbra no processo

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ouviu ontem denúncias de fraude em processo de delimitação de área quilombola no município de Brejo Grande (SE). Compareceram à reunião o aposentado Manofredo Góes Martins, que reivindica a propriedade das terras em disputa, a juíza Rosivan Machado da Silva, natural de Brejo Grande, e José Fausto Santos, líder de colônia de pescadores local. Os três afirmaram que o processo de reconhecimento do povoado Brejão como comunidade quilombola estaria sendo conduzido por um grupo de pessoas que não representa os cerca de 2 mil moradores.

A comissão insistirá, no entanto, no convite a Marcos Bispo, procurador regional do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) em Sergipe, e Lívia Tinoco, procuradora do Ministério Público Federal no estado, para esclarecer a denúncia. Eles não compareceram à audiência, o que gerou indignação na presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS):

— Quero apresentar um protesto pela ausência desses órgãos, que foram convidados. Como órgãos públicos, têm a



Senadora Ana Amélia (2ª à esq.), presidente da comissão, conduz o debate com Manofredo Góes Martins, Rosivan Machado da Silva e José Fausto Santos

obrigação de estarem presentes numa audiência pública do Senado Federal — frisou.

A comissão também renovará convite ao padre Isaías Nascimento, coordenador da Caritas Diocesana de Propriá (SE), e a Maria Izaltina Silva Santos, representante da comunidade quilombola Brejão dos Negros, que não justificaram o não comparecimento.

Os três convidados afirmaram que a Associação dos Moradores do Brejão não foi ouvida e não reconhece o povoado como sendo quilombola. Se o processo de delimitação prosperar, alertaram, as terras

ocupadas há décadas por famílias de posseiros passarão a pertencer a um coletivo.

Segundo Manofredo Martins, o Inbra já emitiu certidões para a delimitação da área quilombola, que inclui não apenas o Brejão, mas outros povoados vizinhos.

— O mais grave é que nenhum dos povoados foi chamado a participar do processo, para se autodefinir ou não como quilombola. A situação é tão escandalosa que o cadastro [do Inbra] inclui famílias com declaração expressa de que não são quilombolas — disse.

José Fausto Santos contou

que assinou documento usado para obtenção de registro de comunidade quilombola pensando ser reivindicação de acesso a políticas públicas. Ele disse estar sendo perseguido por não reconhecer o povoado como quilombola.

Fraude

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), os relatos indicam a existência de fraude:

— Salvo melhor juízo, os relatos que ouvimos aqui caracterizam uma fraude. Pessoas foram cadastradas sem saber o motivo e o que aquele documento significava.

Essa também foi a opinião de Ronaldo Caiado (DEM-GO), autor do requerimento do debate. Paulo Rocha (PT-PA) e Donizeti Nogueira (PT-TO) disseram ser necessário ouvir todos os envolvidos para chegar a uma conclusão.

Ana Amélia relatou outros casos de dúvidas sobre laudos antropológicos que embasam definição de área indígena ou quilombola, situação que resulta em insegurança jurídica e conflitos fundiários.

José Medeiros (PPS-MT) apontou ineficiência e orientação ideológica na atuação do Inbra e da Funai.

Capiberibe cita campanha contra o desmatamento

João Capiberibe (PSB-AP) destacou na quarta-feira a campanha Desmatamento Zero. A iniciativa teve início em 2012, patrocinada pelo Greenpeace, e conseguiu cerca de 1,4 milhão de assinaturas.

O senador relatou que, no ano passado, o Brasil perdeu meio milhão de hectares de floresta nativa.

— Essa é uma proposta que surgiu da sociedade brasileira. O equilíbrio hidrológico deste país depende do desmatamento zero — afirmou.

Capiberibe ainda pediu que o Senado aprove um projeto ousado em relação à preservação do meio ambiente, de preferência antes da 21ª Conferência Sobre Clima da ONU (COP-21), que acontece em dezembro, em Paris.



Fotos: Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ana Amélia pede apoio à produção de maçã no país

Ana Amélia (PP-RS) denunciou ontem a pressão que a China vem fazendo para que o Brasil importe maçãs daquele país, oferecidas a preços com os quais o brasileiro não pode competir.

Ana Amélia disse que a China oferece ao Brasil a caixa de maçã ao preço de R\$ 84, o que equivale ao preço de custo da produção da maçã brasileira. Para praticar valores tão baixos, o governo chinês subsidia em US\$ 292 bilhões os seus produtores, tornando desigual a competição com o país asiático.

— O governo precisa dar a atenção devida a esse segmento da nossa agricultura, que tem ampliado as exportações e alavancado o desenvolvimento de toda a economia. No ano passado, o Brasil exportou mais de US\$ 32 milhões de maçãs frescas e US\$ 22 milhões em suco de maçã.

Fátima diz que Mercadante vai fazer educação avançar

Fátima Bezerra (PT-RN) desejou boas-vindas ao recém-empossado ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e demonstrou confiança no empenho dele para atingir as metas do Plano Nacional da Educação e do Programa Mais Educação. A senadora afirmou que essa é a agenda mais importante do país neste momento. Para ela, os avanços e conquistas devem ser feitos por meio de um diálogo intenso com governadores, prefeitos, secretários de Educação, movimentos sociais, profissionais da área e parlamentares.

— Todo o esforço que vamos continuar fazendo é para que este país possa saldar a enorme dívida com o direito da população à educação.



Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Hélio José, Brasil deve apostar na energia solar

As ações necessárias para ampliar o uso da energia solar fotovoltaica no Brasil foi tema de um debate realizado ontem em Brasília pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional. Hélio José (PSD-DF) destacou a importância do seminário. Para que a energia solar seja adotada, de acordo com o senador, uma série de entraves precisa ser superada:

— Temos vários bolsões de falta de energia, e a energia solar fotovoltaica vai ser a redenção. A dificuldade está em como aumentar a competitividade. Há duas linhas básicas que precisamos defender: reduzir os custos internos e promover a qualificação profissional, para termos profissionais preparados para levar a tecnologia ao povo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

“Não sei se defesa é prioridade de Dilma”, diz Nelson Jobim

Ministro da Defesa do governo Lula afirma que é perigoso atrasar implantação do Sisfron, programa que vigia as fronteiras brasileiras e tem como objetivo principal coibir o tráfico internacional de drogas

EM MEIO ÀS restrições orçamentárias pelas quais passa o país, projetos estratégicos das Forças Armadas, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), estão ameaçados. Em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim disse não ter certeza se esse ministério é uma prioridade para a presidente Dilma Rousseff:

— No governo Lula, eu tinha clareza que a questão de defesa estava dentro da perspectiva governamental. Clareza eu já não tenho em relação ao governo da presidente Dilma. Não sei se isso é um tema fundamental — disse Jobim.

Mesmo com cortes de mais de R\$ 5 bilhões no orçamento da pasta, o ex-ministro acredita ser possível manter as prioridades do setor. Ele reconheceu que está afastado do tema desde que deixou o Ministério da Defesa, em 2011, no começo do governo Dilma. Ele assumiu o cargo em 2007, na gestão Lula.

— A situação orçamentária naquela época era melhor do que é hoje. A questão é compatibilizar a manutenção do



Ao lado do senador Valdir Raupp, o ex-ministro Nelson Jobim fala em audiência

projeto e distensioná-lo, considerando a situação orçamentária, mas não abandoná-lo.

Uma das preocupações manifestadas por Jobim e pelos senadores durante a reunião é com o atraso na implantação do Sisfron. O programa, que visa coibir especialmente o tráfico de drogas e armas, começou a ser instalado em 2013, com prazo de conclusão de dez anos, mas sofre com os baixos repasses do governo. Disse Delcídio do Amaral (PT-MS):

— O problema da violência nasce nas fronteiras. Se não tivermos uma política competente, não vamos nunca resolver o problema das drogas e da violência nas grandes cidades.

A preocupação com a pro-

teção das fronteiras também foi manifestada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

Sobre o tema, Jobim disse:

— Não há como ter ocupação do solo [de fronteira] de 17.719 quilômetros. É impossível. Daí a necessidade do monitoramento, daí o Sisfron. Haveria uma fórmula de monitoramento dos acessos de fronteira. E não seria só a entrada pelo ar, seriam também as entradas pelos rios e pelo solo. Assim, teria como avisar às autoridades quando fosse necessário obstruir [a fronteira]. Mas tem que ter investimento.

CPI do HSBC quer ouvir Janot e Cardozo sobre investigações

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga depósitos externos não declarados de brasileiros na filial suíça do banco HSBC aprovou ontem dois requerimentos para ouvir autoridades da Justiça e do Ministério Público brasileiros.

O primeiro é de convite ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para prestar depoimento aos parlamentares. Aditamento apresentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) permite que o procurador indique um representante para comparecer. O segundo convite será feito ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

De acordo com a justificativa do autor do requerimento, o relator da CPI, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o banco e o governo francês não repassaram quaisquer informações pedidas pela comissão sobre o caso Swissleaks, como a lista

de brasileiros correntistas. Mas, por força do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre as duas repúblicas, esses dados foram enviados às autoridades brasileiras.

“Figura-se de suma importância a presença do ministro da Justiça e do procurador-geral da República nesta CPI para que informem quais providências já foram tomadas, qual o prazo previsto para conclusão dos trabalhos, entre outras questões relacionadas ao andamento da operação relacionada ao HSBC Private Bank Genebra”, justifica Ferraço.

Além dos ministros, também foram convidados o procurador da República Igor Nery Figueiredo; o secretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Iágaro Jung Martins; e o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra.



Relator, Ferraço quer saber as providências quanto aos dados pedidos à França

Comissão avalia projetos que regulamentam proteção a dados pessoais

O fornecimento, a proteção e o uso de dados pessoais estão em pauta na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Vários projetos de lei sobre o assunto podem ser analisados na terça-feira.

Os Projetos de Lei do Senado (PLSs) 330/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e 181/2014, do ex-senador Vital do Rêgo, disciplinam o armazena-

mento e o uso de dados pessoais, tanto por parte do governo quanto pelo setor privado. Já o PLS 131/2014, oriundo da CPI da Espionagem, define regras para gerenciar os pedidos de dados de pessoas físicas e jurídicas brasileiras por autoridades e tribunais estrangeiros.

O relator dos projetos é Aloysio Nunes Ferreira. Os textos serão depois examinados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão final.

O objetivo da regulamentação é assegurar o uso racional e protegido das informações pessoais, seja por governos ou empresas, sem que sejam violados os direitos e garantias fundamentais do titular dos dados.

Na mesma reunião, a CCT deverá avaliar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2011, do deputado Arnon Bezerra (PTB-CE), que proíbe o bloqueio de celulares por prestadoras de serviço

para evitar que o usuário migre para concorrente.

A proposta tramita em conjunto com o PLS 559/2011, do ex-senador Gim, que estabelece condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com cláusulas de fidelização do assinante. O relatório de José Medeiros (PPS-MT) é pela aprovação do PLC 123/2011 e pela rejeição do PLS 559/2011.

Simone condena corte de verbas para metrologia

Simone Tebet (PMDB-MS) pediu ao governo que reveja os cortes feitos na verba destinada às agências de metrologia que fazem o trabalho do Inmetro nos estados. Ela disse que, em Mato Grosso do Sul, o corte foi de mais de 50% em setembro. Por isso, o governo do estado teve que demitir pessoal, diminuir o horário de atendimento e devolver carros usados na fiscalização.

Para a senadora, os cortes fragilizam as agências, colocando em risco a saúde da população. Ela fez apelo ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy:

— Corte apenas o que está dando errado. Corte as despesas extraordinárias, desnecessárias, mas não vamos mexer no que está dando certo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Eunício critica qualidade da água de carros-pipa

Pessoas estão morrendo por consumir água contaminada de carros-pipa no Ceará, denunciou Eunício Oliveira (PMDB-CE). Segundo o senador, 1,3 milhão de cearenses recebem água de carros-pipa. Porém, como não é destinada verba para verificar a qualidade do produto, muitas vezes a água só recebe como tratamento a aplicação de pastilhas de cloro diretamente nos tanques.

— Por que o governo do estado não faz as análises rotineiras dessa água? Ou se faz, por que não as divulga? Os cearenses estão morrendo devido ao descaso com a qualidade da água que lhes é oferecida, principalmente a população mais carente — protestou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Wellington pede recursos para rodovias paralisadas

Em discurso na quarta-feira, Wellington Fagundes (PR-MT) apelou ao governo federal para que sejam liberados os recursos referentes às obras na rodovia BR-163, que passa por Mato Grosso.

O senador afirmou que o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa precisam liberar em dia os recursos destinados às empresas que ganharam a concessão de trechos da rodovia. As obras de reforma e duplicação estão lentas e podem até ser paralisadas, advertiu.

Wellington disse que enviará à presidente Dilma Rousseff um documento assinado por todos os senadores e deputados de Mato Grosso, pedindo atenção ao problema.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cintra: Congresso precisa apoiar pequenos negócios

O Congresso tem o dever de criar melhores condições institucionais que ajudem os pequenos negócios a crescer e enfrentar a crise, disse Douglas Cintra (PTB-PE) em pronunciamento alusivo ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa (5 de outubro). Entre as mudanças necessárias, o senador citou medidas de desburocratização, simplificação tributária e atualização da legislação trabalhista:

— Eis a melhor maneira de homenagear, não só na retórica, mas na prática, nossos muitos milhões de compatriotas micros e pequenos empreendedores, que cumprem uma missão socioeconômica insubstituível, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

CPI do Carf rejeita convocar Lula e ex-ministros

Senadores argumentaram que suspeitas sobre ex-presidente, filho dele e ex-titulares da Casa Civil e da Secretaria da Presidência não se relacionam com o foco da comissão

OS REQUERIMENTOS DE convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do filho dele Luís Cláudio da Silva e dos ex-ministros Erenice Guerra (Casa Civil) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) foram rejeitados em bloco ontem pela CPI que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Os pedidos foram apresentados pelo presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Os requerimentos baseavam-se em reportagem publicada semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que ligava nomes e escritórios de advocacia investigados pela CPI com a edição da Medida Provisória 471/2009. A MP prorrogou incentivos fiscais concedidos à indústria automobilística para investimentos no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Segundo a reportagem, existe a suspeita de que o lobista Alexandre Paes dos Santos e o escritório de advocacia Marcondes & Mautoni teriam intermediado, por meio do pagamento de propinas, a edição da MP.

Prevaleceu, porém, o entendimento da maioria do colegiado de que o caso

não tem nenhuma conexão com o objeto de investigação da CPI. A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apresentou pareceres da Consultoria do Senado defendendo esse ponto de vista, que foi aceito pela comissão.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) ainda buscou entendimento para que ao menos Erenice comparecesse na condição de convidada. O pedido, porém, foi negado. Para Ataídes, a própria comissão possui documentos que ligam a ex-ministra aos investigados. Ele lembrou que a Polícia Federal continua investigando o caso.

Vanessa disse estar convicta de que a comissão “tomou a atitude correta” ao rejeitar as convocações, lembrando que a MP 471 apenas prorrogou incentivos fiscais que começaram a ser concedidos em 1999, ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Ela considera prioritário que a CPI mantenha a linha de investigação, voltada para ilícitos das grandes empresas.

— São montantes que, volto a reiterar, superam de longe o que vem sendo investigado pela Operação Lava-Jato.

Randolfe concordou, lembrando



Presidente da CPI e autor dos requerimentos, Ataídes Oliveira coordena reunião ao lado de Vanessa

que as fraudes fiscais podem significar desfalques da ordem de R\$ 300 bilhões, “oito vezes o ajuste do Levy”.

José Pimentel (PT-CE) lembrou que a MP 471 foi relatada por parlamentares do DEM, tanto no Senado quanto na Câmara, e aprovada por unanimidade.

— Houve na época, inclusive, uma grande mobilização dos governadores das regiões beneficiadas — lembrou.

Otto Alencar (PSD-BA) criticou a tentativa de envolver o ex-presidente Lula no caso. Para ele, o ex-presidente é tão honrado quanto FHC e Dilma Rousseff e haveria tentativa de incriminá-lo por supostos ilícitos cometidos em escalões inferiores da administração.

Simone Tebet (PMDB-MS) elogiou a postura de não partidizar os trabalhos da comissão.

Crítérios para concessão do Bolsa-Atleta são questionados em audiência pública

O Programa Bolsa-Atleta, que garante patrocínio direto a 6.093 atletas e para-atletas de alto rendimento, passou por uma prova na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem. Em audiência pública dirigida pelo senador Romário (PSB-RJ), proponente do debate, o programa do Ministério do Esporte ganhou avaliação geral positiva, mas também críticas em relação a aspectos de gestão e a critérios de concessão.

Para o jornalista José Cruz, do site UOL Esporte, as maiores distorções ocorrem na modalidade Pódio, categoria mais nova do programa, que concede a atletas com chances de disputar medalhas olímpicas e paraolímpicas bolsas de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil mensais. Nesse caso, observou, a questão é que muitos atletas contemplados já têm outras fontes de patrocínio.

— Ante a carência de dinheiro público, é preciso ser rigoroso na definição de prioridades para o Bolsa-Atleta — cobrou.

Prioridade

O jornalista entende que a prioridade da política pública deve ser o esporte escolar. Segundo ele, essa diretriz decorre de dispositivo da Constituição que trata dos objetivos em relação aos esportes.

Cruz disse que alguns esportistas de alto rendimento chegam a somar nove diferentes patrocínios — entre bolsas oferecidas por estados, empresas estatais, de programas do Exército, da Marinha

e da Aeronáutica e ainda salário pago por seu clube e patrocínios de empresas privadas. Observou também que esportes mais profissionalizados ainda pagam prêmios de alto valor nas competições, como no judô, no pólo e no tênis. Alguns atletas nacionais chegaram a acumular em um ano mais de US\$ 3 milhões em prêmios e mesmo assim são contemplados com a Bolsa-Pódio. As bolsas para as categorias estudantil e de base se limitam a R\$ 370 mensais.

— Para os que ainda nada têm, nem visibilidade na mídia, esse é o incentivo do Estado — lamentou.

Cruz acrescentou que, diferentemente do passado, o esporte se tornou um grande negócio, com status de espetáculo: a televisão compra e paga para transmitir os eventos, empregando muito dinheiro, inclusive porque também vai vender bem aquele espaço.

— Então, compete ao Estado ser o investidor no alto rendimento, que é um negócio? Ou cumprir a Constituição,

que diz que a prioridade é o esporte escolar? — indagou.

Já o coordenador-geral do Bolsa-Atleta no Ministério do Esporte, Mosiah Brentano Rodrigues, não abordou críticas relativas às prioridades ou ao conceito do programa. Ele respondeu, porém, sobre problemas operacionais, entre eles, o tempo longo entre a inscrição do atleta e o recebimento do primeiro pagamento da bolsa. Hoje são em média 180 dias, um avanço em relação ao passado, quando chegou a ser de mais de 400 dias.

Prazo

Ex-ginasta, que representou o Brasil na Olimpíada de Atenas, em 2004, Mosiah disse que há amarras legais que dificultam baixar o tempo para concessão do benefício. Citou o prazo de 30 dias para que atletas e confederações apresentem documentos e igual tempo para eventuais correções. Segundo ele, os prazos servem para que o candidato não perca a oportunidade de se habilitar.

Mosiah ainda informou que estão sendo feitos investimentos em sistema informatizado, já aplicado para a categoria Pódio, que permitirá o acompanhamento dos calendários de eventos e resultados obtidos pelos atletas nas competições, para efeito de avaliação de desempenho.

Ele também respondeu sobre a situação de atletas que, apesar do bom desempenho, perderam a oportunidade de se candidatar ao Bolsa-Pódio em razão de critérios adotados pelas confederações, considerados incoerentes.

Foram citados os casos de Caio Bonfim e Érica de Sena, de Brasília, praticantes de marcha atlética. Ambos são orientados pelo treinador João Evangelista, fundador do Centro de Treinamento de Excelência, em Sobradinho (DF), que participou da audiência. Prata no Pan-Americano de Toronto, Érica ficou em terceiro lugar no último Circuito de Marcha de 2014. Caio foi sexto no Mundial de Pequim deste ano, ficando em terceiro no

Circuito de 2014. A inscrição teria de ser feita pela confederação da modalidade, o que não ocorreu.

Até o dia-limite para as inscrições, eles não figuravam nas posições mínimas exigidas em termos de ranking mundial — até a 20ª posição. As conquistas no Circuito Mundial, que os colocaram no ranking em boas posições (Caio, na 20ª; e Érica, em 16ª), ocorreram dois dias após o prazo.

Para o treinador, os critérios não são claros e transparentes por parte do ministério. Mosiah respondeu, que havia a “janela” de prazo estabelecida com foco nos Jogos Olímpicos de 2016, que ocorrerão em agosto. Por isso, as candidaturas ficaram abertas até o dia 20 de agosto deste ano para que os atletas recebessem o benefício por 12 meses, garantindo a preparação.

Para Romário, os dois atletas enfrentam situação injusta. Assim como Donizeti Nogueira (PT-TO), defendeu o enquadramento deles no Bolsa-Pódio. Os senadores se comprometeram a buscar solução no Ministério do Esporte.

Para evitar exclusões por rigidez de prazos, Luciano Rezende, atleta paraolímpico já beneficiado pelo Bolsa-Atleta (modalidade tiro com arco), sugeriu que candidaturas passem a ser feitas a qualquer momento. Assim, segundo ele, o atleta poderá contabilizar seus melhores resultados nas competições, já que cada modalidade tem calendário próprio de eventos.



Luciano Reinaldo Rezende, Mosiah Brentano Rodrigues e José Cruz ouvem o senador Romário (3º à esq.) na audiência